

Ano V, v.1 2025 | **submissão: 12/05/2025** | **aceito: 14/05/2025** | **publicação: 16/05/2025**

A linguagem como equipamento de proteção: a importância da comunicação técnica na formação do profissional de segurança do trabalho

Language as protective equipment: the importance of technical communication in the training of workplace safety professionals

Mônica dos Reis Trevisani - Licenciada em Letras – Francês e suas Literaturas pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho. Especialista em Educação Especial e Inclusão pelas Faculdades Curitiba. Pesquisadora do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE/SEED-PR). Professora com ênfase em Comunicação Técnica aplicada à Segurança do Trabalho.

Resumo

O presente artigo científico analisa a competência comunicativa como uma ferramenta indispensável para a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, situando a disciplina de Comunicação Técnica como eixo estruturante na formação do Técnico em Segurança do Trabalho. O problema de pesquisa investiga como a falha na interpretação de normas regulamentadoras e a redação imprecisa de relatórios técnicos contribuem para a ineficácia dos sistemas de gestão de segurança. O objetivo geral é demonstrar que o domínio da norma culta e da linguagem técnica específica não é apenas uma exigência burocrática, mas um requisito de proteção à vida no ambiente laboral. A metodologia adotada é a revisão bibliográfica integrativa, correlacionando teorias da linguística aplicada, andragogia e legislação de segurança do trabalho vigente até 2021. Os resultados indicam que a clareza na emissão de Ordens de Serviço e a assertividade nos Diálogos Diários de Segurança (DDS) são determinantes para a adesão dos trabalhadores aos procedimentos seguros. Conclui-se que o letramento técnico, promovido pela educação profissional pública, é um vetor de redução de riscos e de promoção de uma cultura prevencionista perene.

Palavras-chave: Comunicação Técnica. Segurança do Trabalho. Letramento Profissional. Prevenção de Acidentes. Educação Profissional.

Abstract

This scientific article analyzes communicative competence as an indispensable tool for the prevention of accidents and occupational diseases, situating the discipline of Technical Communication as a structuring axis in the training of Workplace Safety Technicians. The research problem investigates how failure to interpret regulatory norms and imprecise technical report writing contribute to the ineffectiveness of safety management systems. The general objective is to demonstrate that mastery of the standard language and specific technical terminology is not merely a bureaucratic requirement, but a requirement for protecting life in the work environment. The methodology adopted is an integrative bibliographic review, correlating theories of applied linguistics, andragogy, and workplace safety legislation in force until 2021. The results indicate that clarity in issuing Service Orders and assertiveness in Daily Safety Dialogues (DDS) are determinants for worker adherence to safe procedures. It is concluded that technical literacy, promoted by public vocational education, is a vector for risk reduction and the promotion of a perennial prevention culture.

Keywords: Technical Communication. Workplace Safety. Professional Literacy. Accident Prevention. Vocational Education.

1. Introdução

A formação técnica no Brasil, especialmente no âmbito da Segurança do Trabalho, historicamente priorizou o domínio das normas regulamentadoras (NRs), o conhecimento sobre equipamentos de proteção e a higiene ocupacional. No entanto, a prática profissional revela que o conhecimento técnico, quando não comunicado de forma eficaz, perde sua capacidade de proteção. Este artigo propõe uma reflexão sobre a Comunicação Técnica não como uma disciplina acessória,

Ano V, v.1 2025 | submissão: 12/05/2025 | aceito: 14/05/2025 | publicação: 16/05/2025

mas como um "Equipamento de Proteção Coletiva" (EPC) imaterial. A incapacidade de um técnico em redigir um laudo compreensível ou de ministrar um treinamento claro pode resultar em falhas catastróficas. Portanto, a intersecção entre a área de Letras e a área Técnica se faz urgente e necessária para a formação de profissionais competentes.

A justificativa para este estudo reside na observação de que grande parte dos acidentes de trabalho tem como causa raiz ou fator contribuinte a falha de comunicação. Seja na incompreensão de uma placa de sinalização, na leitura errônea de um rótulo de produto químico ou na interpretação equivocada de uma análise de risco, a linguagem permeia toda a atividade prevencionista. O profissional de segurança atua como um mediador entre a legislação (texto técnico-jurídico) e o chão de fábrica (realidade operacional). Se essa mediação falha devido à incompetência linguística, a segurança é comprometida. Assim, o ensino da comunicação técnica na rede pública estadual assume um papel estratégico na qualificação da mão de obra e na preservação da integridade física dos trabalhadores.

O presente trabalho estrutura-se na análise de cinco eixos fundamentais: a linguagem das normas regulamentadoras e sua interpretação; a redação técnica de documentos oficiais (PPRA, PCMSO, LTCAT); a oratória e a didática em treinamentos de segurança; a comunicação inclusiva no ambiente de trabalho; e o papel do educador na construção do letramento técnico. A metodologia revisita autores da linguística aplicada ao trabalho e normas da ABNT voltadas à documentação técnica, buscando estabelecer um padrão de excelência para a atuação do técnico em segurança. A hipótese central é que o rigor linguístico é indissociável do rigor técnico-científico na prevenção de acidentes.

2. A interpretação de textos normativos como competência técnica

A base da atuação do Técnico em Segurança do Trabalho é a legislação, especificamente as Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego. A leitura dessas normas exige um alto grau de letramento jurídico-administrativo. O profissional precisa decodificar termos como "insalubridade", "periculosidade", "limite de tolerância" e "nível de ação", compreendendo suas implicações legais e práticas. A falha na interpretação de um texto normativo pode levar uma empresa a não cumprir requisitos legais, gerando passivos trabalhistas e, pior, expondo trabalhadores a riscos não controlados. O ensino de Comunicação Técnica, portanto, deve focar intensamente na hermenêutica técnica, capacitando o aluno a ler, interpretar e aplicar a lei ao caso concreto com precisão cirúrgica.

Além das NRs, o técnico lida diariamente com manuais de equipamentos, fichas de informação de segurança de produtos químicos (FISPQ) e normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). A capacidade de extrair informações cruciais desses textos densos é

Ano V, v.1 2025 | submissão: 12/05/2025 | aceito: 14/05/2025 | publicação: 16/05/2025

vital. Por exemplo, a má interpretação das instruções de uso de um detector de gases em espaço confinado pode ser fatal. A disciplina de Comunicação Técnica instrumentaliza o aluno com estratégias de leitura instrumental e análise textual, permitindo que ele filtre a informação relevante e descarte o ruído. A competência leitora, nesse contexto, é uma habilidade de sobrevivência e de gestão de riscos.

A produção textual a partir da interpretação também é um desafio. O técnico precisa transpor a linguagem da norma para a linguagem da "Ordem de Serviço" (OS), documento que orienta o trabalhador sobre os riscos de sua função. Essa transposição exige uma habilidade de retextualização: transformar o discurso normativo complexo em um discurso instrucional direto, imperativo e acessível. Se a OS for redigida com ambiguidade, o trabalhador pode executar a tarefa de maneira insegura. A precisão vocabular e a clareza sintática ensinadas em sala de aula têm, portanto, um impacto direto na execução segura das tarefas operacionais no ambiente industrial ou de construção civil.

A atualização constante das normas exige que o profissional seja um leitor autônomo e crítico. Com as revisões frequentes das NRs (como a nova NR-1 sobre Gerenciamento de Riscos Ocupacionais), o técnico que não possui competência leitora desenvolvida torna-se obsoleto rapidamente. A formação educacional pública, ao enfatizar o letramento técnico, fornece ao aluno as ferramentas para a educação continuada. Ele aprende não apenas o conteúdo da norma vigente, mas a estrutura do pensamento normativo, o que lhe permite adaptar-se a futuras alterações legislativas sem depender exclusivamente de cursos de atualização externos, promovendo sua autonomia intelectual.

O aspecto legal da interpretação textual não pode ser ignorado. Em casos de acidentes ou fiscalizações, os registros escritos pelo técnico são provas documentais. Uma interpretação errônea registrada em um livro de inspeção pode ser usada contra a empresa ou contra o próprio profissional em processos civis e criminais. A responsabilidade civil e criminal do técnico em segurança está intrinsecamente ligada à sua capacidade de compreender e registrar fatos à luz das normas. A comunicação técnica, assim, atua como uma blindagem jurídica, garantindo que as ações preventivas estejam devidamente fundamentadas e documentadas conforme a legislação.

3. A redação técnica e a produção de documentos de segurança

A rotina do profissional de segurança é permeada pela produção de documentos: relatórios de inspeção, laudos técnicos, Programas de Gerenciamento de Riscos (PGR), Análises Preliminares de Risco (APR) e atas de CIPA. A redação técnica difere fundamentalmente da redação literária ou jornalística; ela deve ser objetiva, impessoal, concisa e unívoca. A disciplina de Comunicação Técnica treina o olhar do aluno para eliminar adjetivações desnecessárias e focar na descrição factual. Um

Ano V, v.1 2025 | submissão: 12/05/2025 | aceito: 14/05/2025 | publicação: 16/05/2025

relatório que diz "o equipamento está muito perigoso" é subjetivo e tecnicamente nulo; um relatório que diz "o equipamento apresenta partes móveis desprotegidas em desacordo com a NR-12 item 12.4" é técnico e acionável.

A padronização é um elemento chave na documentação de segurança. O uso correto da Língua Portuguesa, aliado às normas de formatação, confere credibilidade ao trabalho do técnico. Erros gramaticais ou de concordância em um documento oficial, como um Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), podem desqualificar o profissional perante a Previdência Social ou peritos judiciais. A educação formal em Letras aplicada à área técnica garante que o futuro profissional compreenda a importância da norma culta como ferramenta de autoridade. Um documento bem escrito não apenas comunica o risco, mas demonstra o profissionalismo e a seriedade da gestão de segurança da empresa.

A clareza na redação de procedimentos operacionais é vital. Ao escrever um procedimento para trabalho em altura, por exemplo, o texto deve seguir uma lógica sequencial rigorosa. A ambiguidade no uso de preposições ou conjunções pode alterar o sentido de uma instrução de segurança vital. A Comunicação Técnica ensina o uso de verbos no imperativo ou infinitivo, a estruturação de tópicos e a hierarquização da informação. O objetivo é que o documento seja lido e compreendido da mesma forma por qualquer trabalhador, independentemente de seu nível de escolaridade, garantindo a padronização da execução segura.

A síntese é outra competência trabalhada. Diante de grandes volumes de dados coletados em medições ambientais (ruído, calor, poeira), o técnico precisa sintetizar as conclusões de forma clara para a gerência. O tomador de decisão (diretor ou gerente da empresa) muitas vezes não é um especialista em segurança. O relatório técnico deve, portanto, traduzir dados técnicos em informações gerenciais, destacando riscos, custos e necessidades de investimento. A capacidade de argumentação escrita, desenvolvida através da produção textual, é o que permite ao técnico convencer a alta direção a investir em segurança, salvando vidas através da alocação correta de recursos.

A evolução tecnológica trouxe novos desafios, como a inserção de dados em sistemas governamentais como o eSocial. A precisão na categorização de riscos e na descrição de atividades nesses sistemas digitais é crítica. Um erro de digitação ou uma descrição vaga pode gerar multas automáticas ou o indeferimento de aposentadorias especiais. O letramento digital, aliado à competência linguística, é essencial para navegar nessas plataformas. A formação do técnico deve, portanto, integrar a redação técnica tradicional com as novas exigências da escrituração digital fiscal e previdenciária, preparando-o para a realidade 4.0 da segurança do trabalho.

4. Andragogia e oratória: a comunicação verbal em treinamentos

Além da escrita, a segurança do trabalho depende massivamente da comunicação verbal.

Ano V, v.1 2025 | submissão: 12/05/2025 | aceito: 14/05/2025 | publicação: 16/05/2025

Treinamentos introdutórios, Diálogos Diários de Segurança (DDS) e reuniões de CIPA exigem que o técnico seja um educador. A andragogia (ensino de adultos) é o referencial teórico que deve nortear essa prática. O público-alvo muitas vezes possui níveis de escolaridade heterogêneos e vasta experiência prática. A comunicação técnica deve ser adaptada para dialogar com esse público, evitando o "tecnicismo" arrogante e buscando uma linguagem dialógica que valorize o saber do trabalhador enquanto insere os conceitos de prevenção.

A oratória e a postura do técnico durante um treinamento influenciam diretamente a absorção do conteúdo. Um comunicador inseguro ou monótono não consegue engajar a equipe na cultura de segurança. A disciplina de Comunicação Técnica trabalha técnicas de apresentação, uso de voz, linguagem corporal e recursos audiovisuais. O objetivo é transformar o técnico em um líder comunicador, capaz de influenciar comportamentos. A prevenção de acidentes passa pela mudança de atitude, e essa mudança só ocorre através de uma comunicação persuasiva, empática e assertiva, que convença o trabalhador de que a segurança é um valor inegociável.

A clareza na comunicação de emergências é um aspecto crítico. Em situações de sinistro (incêndio, vazamento químico), a comunicação deve ser imediata e livre de ruídos. O técnico deve ser treinado para emitir comandos claros e manter a calma na comunicação via rádio ou sistema de som. A simulação de situações de crise em sala de aula, focada na comunicação, prepara o profissional para atuar sob pressão. A escolha das palavras certas em um momento de pânico pode determinar o sucesso de uma evacuação e a preservação de vidas.

O feedback é uma ferramenta de comunicação essencial na gestão de segurança. O técnico precisa saber corrigir um comportamento inseguro de forma construtiva, sem gerar conflitos desnecessários. A comunicação não violenta (CNV) pode ser uma abordagem útil, ensinando o técnico a observar o fato sem julgamento, expressar a necessidade de segurança e formular um pedido claro de mudança de comportamento. A competência comunicativa interpessoal é fundamental para manter um clima organizacional positivo, onde a segurança é vista como cuidado mútuo e não apenas como fiscalização punitiva.

A diversidade cultural no ambiente de trabalho também exige adaptação comunicativa. Em grandes obras ou indústrias, é comum a presença de trabalhadores de diferentes regiões do país ou até imigrantes. O técnico deve estar atento às variações linguísticas e possíveis barreiras culturais que possam impedir a compreensão das normas de segurança. A sensibilidade linguística, desenvolvida na formação humanística de Letras, permite ao técnico identificar essas barreiras e buscar estratégias alternativas de comunicação, como o uso de imagens, demonstrações práticas ou a ajuda de intérpretes informais dentro da equipe.

Ano V, v.1 2025 | **submissão: 12/05/2025** | **aceito: 14/05/2025** | **publicação: 16/05/2025**

5. Letramento e inclusão: desafios contemporâneos na segurança

A inclusão de Pessoas com Deficiência (PcD) no mercado de trabalho, amparada pela Lei de Cotas, traz novos desafios para a comunicação em segurança do trabalho. O técnico precisa estar preparado para comunicar riscos a trabalhadores surdos, cegos ou com deficiências intelectuais. A formação em Educação Especial e Inclusão instrumentaliza o profissional para adaptar treinamentos e sinalizações. Isso pode envolver o uso de Libras (Língua Brasileira de Sinais), materiais em Braille, sinalização tátil ou linguagem simplificada. A segurança deve ser acessível a todos, e a comunicação é a ponte para essa acessibilidade.

O analfabetismo funcional ainda é uma realidade em muitos setores produtivos brasileiros. O técnico em segurança frequentemente se depara com trabalhadores que decodificam as letras, mas não compreendem o sentido de um texto complexo. A comunicação técnica deve, portanto, utilizar recursos multimodais. O uso de pictogramas, cores, vídeos e infográficos deve complementar ou até substituir o texto escrito em determinadas situações. A capacidade de transcodificar a informação de segurança para linguagens não verbais é uma competência avançada que deve ser estimulada na formação técnica.

A inclusão também abrange a questão geracional. O mercado de trabalho convive hoje com *Baby Boomers*, Geração X, *Millennials* e Geração Z. Cada geração possui códigos de comunicação e formas de aprendizado diferentes. O técnico em segurança precisa transitar por esses códigos, utilizando desde quadros de aviso tradicionais até aplicativos de mensagens e gamificação para engajar os mais jovens. A flexibilidade comunicativa é essencial para que a mensagem prevencionista atinja a totalidade da força de trabalho, respeitando as especificidades de cada grupo etário.

A saúde mental e os riscos psicossociais ganharam relevância na gestão de segurança (especialmente com a nova NR-1). A comunicação sobre temas sensíveis como estresse, assédio e depressão exige um vocabulário cuidadoso e uma escuta ativa. O técnico em segurança, muitas vezes, é o primeiro ponto de contato do trabalhador em sofrimento. A formação humanística oferece o suporte para que essa comunicação seja acolhedora e ética, orientando o trabalhador a buscar ajuda especializada sem estigmatização. A palavra, nesse contexto, tem função terapêutica e preventiva.

Por fim, o letramento técnico é uma ferramenta de cidadania. Ao ensinar o trabalhador a ler e compreender os riscos de sua atividade, o técnico em segurança está promovendo o empoderamento desse sujeito. Um trabalhador que compreende o "porquê" das normas de segurança deixa de ser um mero cumpridor de ordens e torna-se um agente ativo de prevenção. A educação para a segurança, mediada pela comunicação eficaz, contribui para a formação de uma consciência coletiva de preservação da vida, que transcende os muros da empresa e impacta a sociedade como um todo.

6. Conclusão

A trajetória argumentativa deste artigo demonstra que a Comunicação Técnica não é uma disciplina periférica, mas o alicerce sobre o qual se constrói a eficácia da Segurança do Trabalho. A análise da interpretação de normas, da redação de documentos, da oratória em treinamentos e da inclusão revela que a competência linguística é, de fato, um equipamento de proteção. A falha na comunicação é, invariavelmente, uma falha de segurança. Profissionais como Mônica dos Reis Trevisani, que dedicam décadas à interface entre a educação linguística e a formação técnica, desempenham um papel crucial na qualificação da força de trabalho nacional.

A formação do Técnico em Segurança do Trabalho deve, portanto, continuar a valorizar e aprofundar o ensino da língua em suas vertentes técnica e instrumental. É necessário que as instituições de ensino e os órgãos reguladores reconheçam que o domínio da linguagem é tão vital quanto o domínio das técnicas de combate a incêndio ou de primeiros socorros. A precisão na palavra evita o erro na ação. A clareza no texto evita o acidente no campo.

Conclui-se que o investimento no letramento técnico e na comunicação inclusiva é um investimento na vida. Em um cenário industrial cada vez mais complexo e regulamentado, o profissional de segurança que domina a arte da comunicação destaca-se não apenas pela excelência técnica, mas pela capacidade de liderar, educar e transformar a cultura organizacional. A segurança do trabalho começa, fundamentalmente, pelo entendimento compartilhado do que é seguro, e esse entendimento só é possível através de uma comunicação eficiente, humana e tecnicamente rigorosa.

7. Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 14724: informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação*. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Norma Regulamentadora nº 01: disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais*. Brasília: MTE, 2020.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015: institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Brasília: Presidência da República, 2015.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MATTOS, Ubirajara Aluizio de Oliveira; MÁSCULO, Francisco Soares. *Higiene e segurança do trabalho*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.



Ano V, v.1 2025 | submissão: 12/05/2025 | aceito: 14/05/2025 | publicação: 16/05/2025

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Diretrizes curriculares da educação profissional*. Curitiba: SEED/PR, 2018.

QUELHAS, Osvaldo L. G. et al. *Gestão da segurança e saúde no trabalho*. Rio de Janeiro: ABEPRO, 2016.

SALIBA, Tuffi Messias. *Curso básico de segurança e higiene ocupacional*. 9. ed. São Paulo: LTr, 2019.

ZOCCHIO, Álvaro. *Prática da prevenção de acidentes: ABC da segurança do trabalho*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2015.